

Daniel
4B
Cópias

CELSO FURTADO

FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO BRASIL

23ª edição

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Bull Souza ()
523 2542

CAPÍTULO VIII

CAPITALIZAÇÃO E NÍVEL DE RENDA NA COLÔNIA AÇUCAREIRA

O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentrara nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir⁴⁶. Favores especiais foram concedidos subsequentelemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc. As dificuldades maiores, encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais⁴⁷, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar.

A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Como observa um cronista da época, sem escravos os colonos "não se podem sustentar na terra"⁴⁸. Com efeito, para

(46) Veja-se JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1929, p. 235.

(47) Entre os privilégios que receberam os donatários estava o da escravização dos índios em número ilimitado e a autorização de exportar para Portugal, anualmente, um certo número de escravos indígenas. O êxito que vinham alcançando os espanhóis na exploração da mão-de-obra indígena deve haver influenciado os portugueses nos seus cálculos sobre essa matéria.

(48) GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil*, 1570 (?), citado por R. SIMONSEN, *História Económica do Brasil*, 3.^a ed., S. Paulo, 1957, p. 127.

subsistir sem trabalho escravo, seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para auto-consumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas. Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente, tiveram de empenhar-se por todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não-dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar.

Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou — caso de São Vicente — o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância da mão-de-obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação. Contudo, não fora o mercado de escravos das regiões açucareiras e suas pequenas dependências urbanas, e a captura destes não chegaria a ser uma atividade econômica capaz de justificar a existência dos colonos de São Vicente. Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização, deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira.

O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

Superadas essas dificuldades da etapa de instalação, a colônia açucareira se desenvolve rapidamente. Ao terminar o século XVI, a produção de açúcar muito provavelmente superava os dois mi-

lhões de arrobas⁴⁹, sendo umas vinte vezes maior que a quota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico. A expansão foi particularmente intensa no último quartel do século, durante o qual decuplicou.

O monte dos capitais investidos na pequena colônia já era, por essa época, considerável. Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos — ao final do século XVI — e um valor médio de 15.000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta aproximar-se de 1.800.000 libras. Por outro lado, estima-se em cerca de 20.000 o número de escravos africanos que havia na colônia por essa época. Se se admite que três quartas partes dos mesmos eram utilizados diretamente na indústria do açúcar e se se lhes imputa um valor médio de 25 libras, resulta que a inversão em mão-de-obra era da ordem de 375.000 libras. Comparando esse dado com o anterior, depreende-se que o capital empregado na mão-de-obra escrava deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da empresa. Parte substancial desse capital estava constituída por equipamentos importados.

Sobre o monte da renda gerada por essa economia não se pode ir além de vagas conjeturas. O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte⁵⁰, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem europeia não

(49) As cifras relativas à produção de açúcar na época colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitantes, informes oficiais portugueses e holandeses bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.* Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra desse grande pesquisador da história econômica do Brasil. Contudo nem sempre acolhemos na escolha o próprio critério de SIMONSEN, que teve sempre a preocupação de reter apenas as referências mais conservadoras.

(50) Os gastos monetários de reposição, que cabe deduzir para obter o monte da renda líquida, podem ser estimados *grosso modo* em 110 mil libras: 50 mil libras para reposição dos escravos — admitindo-se uma vida média útil de oito anos, 15.000 escravos 25 libras por cabeça — e 60 mil libras para a parte de equipamento importado — admitindo-se que a terça parte do capital fixo (inclusive escravos) estivesse constituída por equipamentos importados e que estes tivessem uma vida útil média de dez anos.

seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica⁵¹.

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mão da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado — mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira — e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um⁵², chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país. Estima-se que o número total de bois existentes nos engenhos era da mesma ordem do número de escravos. Por outro lado, admite-se que um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que sua vida de trabalho era apenas de três anos. Sendo assim, a inversão em bois para tração seria da ordem de 75.000 libras e os gastos de reposição de cerca de 25.000. Supondo mesmo que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar essa cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90

(51) Se bem que as comparações a longo prazo de rendas monetárias — com base no valor do ouro — careçam quase totalmente de expressão real, a título de curiosidade indicamos que a renda *per capita* (da população de origem européia), na passagem do século XVI para o XVII, corresponde a cerca de 350 dólares de hoje. Essa renda *per capita* estava evidentemente muito acima da que prevalecia na Europa, nessa época, e em nenhuma outra época de sua história — nem mesmo no auge da produção do ouro — o Brasil logrou recuperar esse nível.

(52) Quinze libras anuais representariam um salário muito elevado na época, pois o custo real da mão-de-obra escrava não seria muito superior a quatro libras por ano — admitindo-se um preço de 25 libras, vida útil de oito anos e que a terça parte do tempo do escravo fosse absorvida na produção de alimentos para ele mesmo. Como ponto de referência pode-se indicar que o salário agrícola no norte dos EUA, na segunda metade do século XVIII, era de aproximadamente 12 libras, sendo na Inglaterra a metade dessa soma. Veja-se F. A. SHANNON, *op. cit.*, p. 74.

por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.

A utilização dessa massa enorme de renda que se concentrava em tão poucas mãos, constitui um problema difícil de elucidar. Os dados acima referidos põem em evidência que a renda dos capitais investidos na etapa produtiva — isto é, a etapa que correspondia à classe de senhores de engenho e proprietários de canaviais — estaria, num ano favorável, por cima de um milhão de libras, ao iniciar-se o século XVII. A parte dessa renda que se despendia com bens de consumo importados — principalmente artigos de luxo — era considerável. Dados relativos à administração holandesa, por exemplo, indicam que em 1639 teriam sido arrecadadas cerca de 16.000 libras de impostos de importação, a terça parte do total correspondendo a vinhos. Admitindo-se *grosso modo*, uma taxa *ad valorem* de 20%, deduz-se que o monte das importações não teria sido inferior a 800.000 libras⁵³. Nesse mesmo ano, o valor do açúcar exportado pelo Brasil holandês, nos portos de embarque, teria sido pouco mais ou menos de 1,2 milhão de libras. Deve-se ter em conta, entretanto, que os gastos de consumo se ampliaram muito na época holandesa, seja pela necessidade de manter tropa numerosa, seja em razão do fausto da administração do período de Nassau (1637-44). Difícilmente se pode admitir que os colonos portugueses, isolados em seus engenhos e alheios a qualquer forma de convivência urbana, lograssem efetuar gastos de consumo de tal monta. Admitindo com muita margem que o gastos de consumo destes alcançassem 600.000 libras, restaria em mãos dos senhores de engenho soma igual a esta, não despendida na colônia. Esses dados põem em evidência a enorme margem para capitalização que existia na economia açucareira, e explicam que a produção haja podido decuplicar no último quartel do século XVI.

Os dados a que se faz referência no parágrafo anterior sugerem que a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada

(53) Essas estimativas se baseiam em dados de fonte holandesa da época, transcritos por P. M. NETSCHER, in *Les Hollandais au Brésil*, 1853. A relação que aí se encontra de produtos importados na época é interessante: vinhos espanhóis e franceses, azeite de oliveira, cerveja, vinagre, peixes salgados, sebos e couros, farinhas, biscoitos, manteiga, óleo de linhaça e de bacia, especiarias, panos, lãs, sedas, cobre, ferro, aço, estanho, pranchas, etc. Ver R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 119. Para um balanço das receitas e gastos dos holandeses no Brasil, em 1644, veja-se C. R. BOXER, *op. cit.*, apêndice II.

dois anos⁵⁴. Aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa ordem, nas etapas mais favoráveis. O fato de que essa potencialidade financeira só tenha sido utilizada excepcionalmente indica que o crescimento da indústria foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores. Sendo assim, que não se haja repetido a dolorosa experiência de superprodução que tiveram as ilhas do Atlântico, confirma que houve excepcional habilidade na etapa de comercialização, e que era desta última que se tomavam as decisões fundamentais com respeito a todo o negócio açucareiro.

Mas, se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobranes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia ínfimos capitais. Tampouco consta que os senhores de engenho investissem capitais em outras regiões. A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuimos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. Explicar-se-ia assim, facilmente, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização, coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução.

(54) Partindo de uma renda bruta de 1,5 milhão de libras no setor açucareiro, estimando que dez por cento dessa renda correspondiam a pagamentos de salários, compra de gado, lenha, etc., e que os gastos de reposição de fatores importados eram da ordem de 120 mil libras, deduz-se que a renda líquida do setor era de cerca de 1,2 milhão de libras. Subtraindo 600 mil libras de gastos em bens de consumo importados, ficavam outras 600 mil libras, que era a quanto montava a potencialidade de inversão do setor. Como o capital fixo ascendia a 1,8 milhão de libras e pelo menos um terço do mesmo eram obras de construção e instalações realizadas pelos próprios escravos, deduz-se que em dois anos esse capital podia ser dobrado.

